

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.725 - RO (2018/0316277-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : EDSON DE OLIVEIRA SOARES (PRESO)
RECORRENTE : DIEGO GRANUCCI PAULO (PRESO)
RECORRENTE : ISAIAS DORNELHES GOMES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. FURTO QUALIFICADO. RESISTÊNCIA. DISPARO DE ARMA DE FOGO. CORRUPÇÃO DE MENOR. DOSIMETRIA. AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 440/STJ. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. ELEMENTOS CONCRETOS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por EDSON DE OLIVEIRA SOARES, DIEGO GRANUCCI PAULO e ISAIAS DORNELHES GOMES com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Apelação n.º 1014545-31.2017.8.22.0501).

Consta nos autos que os Recorrentes foram condenados como incurso no art. 155, §§ 1.º e 4.º, inciso I e IV, c.c. o art. 329, *caput*, ambos do Código Penal, no art. 15 da Lei 10.826/03 e no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, às penas de: **a)** 6 (seis) anos, 3 (três) meses e 1 (um) dia de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 33 (trinta e três) dias-multa, quanto à DIEGO GRANUCCI; **b)** 6 (seis) anos, 3 (três) meses e 1 (um) dia de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 33 (trinta e três) dias-multa, quanto à ISAIAS DORNELHES; e **c)** 7 (sete) anos, 7 (sete) meses e 5 (cinco) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 49 (quarenta e nove) dias-multa, quanto à EDSON DE OLIVEIRA.

Irresignada, a Defesa recorreu ao Tribunal de origem, que negou provimento à apelação defensiva (fls. 416-422).

Nas razões do recurso especial, sustenta-se que houve violação ao art. 59 do Código Penal, argumentando-se que não há fundamentação idônea para a fixação das

Superior Tribunal de Justiça

penas-base em patamar acima do mínimo legal.

Contrarrazões às fls. 439-449.

O Ministério Público Federal, em parecer da Subprocuradora-Geral Lindôra Maria Araujo, opinou pelo não conhecimento do recurso especial (fls. 464-471).

É o relatório. Decido.

No caso em apreço, a dosimetria das penas dos Recorrentes foi realizada com amparo nos seguintes fundamentos (fls. 356-357, sem grifos no original):

"1. Diego. A culpabilidade (*lato senso*), entendida, agora, como o juízo de reprovabilidade social dos fatos e dos seus autores, está evidenciada. Diego não registra antecedente criminal negativo, entendido este como sentença penal condenatória transitada em julgado, haja vista o princípio constitucional da presunção de inocência (v. certidão acostada aos autos e confirmação no SAP/TJRO). No entanto, tem outra passagem pela Justiça Criminal, na Comarca de Ariquemes/RO, o que indicia personalidade desajustada e má conduta social. As consequências são desfavoráveis, em relação ao crime patrimonial, porque, embora o motor furtado tenha sido recuperado, houve prejuízo de ordem material (R\$ 2.000,00, segundo a vítima), o qual não foi indenizado pelos acusados. É de se consignar, ainda, que, em razão dos fatos houve perseguição e confronto entre a Polícia Militar e os condenados (troca de tiros em plena via pública), com dois destes (Isaías e Diego) e o adolescente Eduardo alvejados/feridos por disparos de arma de fogo, sem contar com o risco (dano potencial) a incolumidade e ao patrimônio alheios decorrente da perseguição policial e do confronto em vias públicas. As demais circunstâncias integram a própria tipicidade dos crimes cometidos, razão pela qual fixo a pena base do crime de furto qualificado em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão + 16 (dezesesseis) dias multa; a pena base do crime de resistência em 03 (três) meses de detenção; a pena base do crime de disparo de arma de fogo em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão + 14 (catorze) dias multa; e a pena base do crime de corrupção de menores em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão.

[...]

2. Isaías. A culpabilidade (*lato senso*), entendida, agora, como o juízo de reprovabilidade social dos fatos e dos seus autores, está evidenciada. Isaías não registra antecedente criminal negativo, entendido este como sentença penal condenatória transitada em julgado, haja vista o princípio constitucional da presunção de inocência (v. certidão acostada aos autos e confirmação no SAP/TJRO). Não há elementos nos autos indicando desvio de personalidade e a conduta social, na falta de informações desabonadoras, presume-se boa. As consequências são desfavoráveis, em relação ao crime patrimonial, porque, embora o motor furtado tenha sido recuperado, houve prejuízo de ordem material (R\$ 2.000,00, segundo a vítima), o qual não foi

Superior Tribunal de Justiça

indenizado pelos acusados. É de se consignar, ainda, que, em razão dos fatos houve perseguição e confronto entre a Polícia Militar e os condenados (troca de tiros em plena via pública), com dois destes (Isaías e Diego) e o adolescente Eduardo alvejados/feridos por disparos de arma de fogo, sem contar com o risco (dano potencial) a incolumidade e ao patrimônio alheios decorrente da perseguição policial e do confronto em vias públicas. As demais circunstâncias integram a própria tipicidade dos crimes cometidos, razão pela qual fixo a pena base do crime de furto qualificado em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão + 16 (dezesseis) dias multa; a pena base do crime de resistência em 03 (três) meses de detenção; a pena base do crime de disparo de arma de fogo em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão + 14 (catorze) dias multa; e a pena base do crime de corrupção de menores em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão.

[...]

3. Edison. A culpabilidade (lato senso), entendida, agora, como o juízo de reprovabilidade social dos fatos e dos seus auto res, está evidenciada. Edson registra antecedente criminal negativo, posto que já fora condenado, irrecorrivelmente, por crime de furto qualificado (v. certidão acostada aos autos e confirmação no SAP/TJRO). Essa condenação, no entanto, cuja sentença transitou em julgado no dia 23/12/2013 e a punibilidade foi extinta recentemente (15/03/2016), só será considerada na 2ª fase de aplicação da pena porque caracteriza reincidência. A par disso, esse sentenciado tem outra passagem pela Justiça Criminal, por crime de ameaça, no âmbito doméstico e familiar, o que indicia personalidade desajustada e demonstra má conduta social. As consequências são desfavoráveis, em relação ao crime patrimonial, porque, embora o motor furtado tenha sido recuperado, houve prejuízo de ordem material (R\$ 2.000,00, segundo a vítima), o qual não foi indenizado pelos acusados. É de se consignar, ainda, que, em razão dos fatos houve perseguição e confronto entre a Polícia Militar e os condenados (troca de tiros em plena via pública), com dois destes (Isaías e Diego) e o adolescente Eduardo alvejados/feridos por disparos de arma de fogo, sem contar com o risco (dano potencial) a incolumidade e ao patrimônio alheios decorrente da perseguição policial e do confronto em vias públicas. As demais circunstâncias integram a própria tipicidade dos crimes cometidos, razão pela qual fixo a pena base do crime de furto qualificado em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão + 16 (dezesseis) dias multa; a pena base do crime de resistência em 03 (três) meses de detenção; a pena base do crime de disparo de arma de fogo em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão + 14 (catorze) dias multa; e a pena base do crime de corrupção de menores em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão."

De fato, constata-se que o acórdão recorrido está em confronto com a jurisprudência desta Corte Superior, que se firmou no sentido de que "inquéritos

Superior Tribunal de Justiça

policiais, ações penais em andamento e até mesmo condenações ainda não transitadas em julgado, não podem ser considerados como maus antecedentes, má conduta social ou personalidade desajustada, e servir de supedâneo para justificar o afastamento da reprimenda básica do mínimo legalmente previsto em lei, sob pena de malferir o princípio constitucional da presunção de não-culpabilidade. Nesse diapasão, a Súmula n. 444/STJ" (HC 466.739/PE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 21/02/2019).

No mesmo sentido:

"HABEAS CORPUS. CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA. (I) INCONSTITUCIONALIDADE DOS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. (II) DOSIMETRIA DA PENA. REPRIMENDA BÁSICA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. AFIRMAÇÕES GENÉRICAS E INERENTES AOS TIPOS PENAIIS. (III) INCIDÊNCIA DA CAUSA DE AUMENTO DESCRITA NO ART. 40, INCISO IV, DA LEI DE DROGAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. (IV) CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO. FRAÇÃO MÍNIMA JUSTIFICADA. QUANTIDADE E NATUREZA DO ENTORPECENTE. (V) REGIME INICIAL. ALTERAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS.

[...]

4. O magistrado sentenciante também considerou desfavorável a personalidade do agente. A propósito, destacou a presença de outros quatro processos criminais não definitivos em seu desfavor, um deles por tráfico de entorpecentes e dois com sentença condenatória provisória. Entrementes, nos moldes da orientação jurisprudencial desta Casa, a existência de processos penais em andamento não pode ser utilizada como justificativa para agravar a condenação, seja a título de antecedentes, conduta social ou personalidade desvirtuada, sob pena de afronta direta ao princípio da presunção de inocência. Enunciado n. 444/STJ.

[...]" (HC 356.554/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 30/05/2017; sem grifos no original.)

Desse modo, no tocante à **culpabilidade**, aos **antecedentes** e à **personalidade** e à **conduta social**, não há como manter a valoração negativa empreendida pelas instâncias ordinárias. Com efeito, o único elemento concreto apontado foram passagens penais pretéritas sem menção à condenação com trânsito em julgado, o que constitui ofensa ao art. 59 do Código Penal e não é admitido pela jurisprudência

desta Corte Superior.

Contudo, no que tange às **consequências do crime**, observa-se que ocorrência de perseguição policial, inclusive com disparos de arma de fogo em via pública, e Vítimas feridas, entre eles um adolescente, constituem elementos concretos, não inerentes aos tipos penais, que extrapolam às condutas delitivas desta espécie e justificam a majoração da pena-base, não havendo nenhuma ilegalidade na análise deste vetor. Desse modo, deve ser mantida a avaliação negativa desta circunstância judicial.

Nesse termos, passo a refazer a dosimetria das penas.

1) DIEGO GRANUCCI PAULO

a) Crime de furto qualificado

Na primeira fase, mantida a valoração negativa das consequências do crime e decotadas as demais circunstâncias, reduzo a pena-base ao patamar de 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa.

Na segunda fase, em razão da confissão espontânea, a pena intermediária retorna ao mínimo legal de 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa.

Na terceira fase, em razão da causa de aumento de pena referente ao repouso noturno, a pena é aumentada em 1/3 (um terço), alcançando-se a sanção final de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 12 (doze) dias-multa.

b) Crime de resistência

Na primeira fase, mantenho a pena-base no patamar de 3 (três) meses de detenção, em razão de o Magistrado singular já haver fixado-a no mínimo legal (fl. 356)

Na segunda fase, não há atenuantes ou agravantes.

Na terceira fase, não há causas para o aumento ou diminuição da pena, o que resulta na sanção de 3 (três) meses de detenção.

c) Crime de disparo de arma de fogo

Na primeira fase, mantida a valoração negativa das consequências do crime e decotadas as demais circunstâncias, reduzo a pena-base ao patamar de 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa.

Na segunda fase, não há atenuantes ou agravantes.

Na terceira fase, não há causas para o aumento ou diminuição da pena, o que resulta na sanção de 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze)

dias-multa.

d) Concurso de crimes

Nos termos da sentença, mantém-se o concurso material entre os crimes de furto qualificado, resistência e disparo de arma de fogo, somando-se as penas impostas, o que totaliza 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 24 (vinte e quatro dias) de reclusão, 3 (três) meses de detenção e 23 (vinte e três) dias-multa.

Por fim, nos termos da sentença, aplica-se o aumento de 1/6 (um sexto), referente ao concurso formal entre esses crimes e o delito de corrupção de menor, alcançando-se as penas finais de **5 (cinco) anos, 8 (oito) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão, 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção e 27 (vinte e sete) dias-multa.**

Considerando o patamar da pena imposta, mantém-se o **regime inicial semiaberto** para as penas de reclusão e detenção.

2) ISAIAS DORNELHES GOMES

a) Crime de furto qualificado

Na primeira fase, mantida a valoração negativa das consequências do crime e decotadas as demais circunstâncias, reduzo a pena-base ao patamar de 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa.

Na segunda fase, em razão da confissão espontânea, a pena intermediária retorna ao mínimo legal de 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa.

Na terceira fase, em razão da causa de aumento de pena referente ao repouso noturno, a pena é aumentada em 1/3 (um terço), alcançando-se a sanção final de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 12 (doze) dias-multa.

b) Crime de resistência

Na primeira fase, mantenho a pena-base no patamar de 3 (três) meses de detenção, em razão de o Magistrado singular já haver fixado-a no mínimo legal (fl. 357)

Na segunda fase, não há atenuantes ou agravantes.

Na terceira fase, não há causas para o aumento ou diminuição da pena, o que resulta na sanção de 3 (três) meses de detenção.

c) Crime de disparo de arma de fogo

Na primeira fase, mantida a valoração negativa das consequências do

crime e decotadas as demais circunstâncias, reduzo a pena-base ao patamar de 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa.

Na segunda fase, não há atenuantes ou agravantes.

Na terceira fase, não há causas para o aumento ou diminuição da pena, o que resulta na sanção de 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa.

d) Concurso de crimes

Nos termos da sentença, mantém-se o concurso material entre os crimes de furto qualificado, resistência e disparo de arma de fogo, somando-se as penas impostas, o que totaliza 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 24 (vinte e quatro dias) de reclusão, 3 (três) meses de detenção e 23 (vinte e três) dias-multa.

Por fim, nos termos da sentença, aplica-se o aumento de 1/6 (um sexto), referente ao concurso formal entre esses crimes e o delito de corrupção de menor, alcançando-se as penas finais de **5 (cinco) anos, 8 (oito) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão, 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção e 27 (vinte e sete) dias-multa.**

Considerando o patamar da pena imposta, mantém-se o **regime inicial semiaberto** para as penas de reclusão e detenção.

3) EDSON DE OLIVEIRA SOARES

a) Crime de furto qualificado

Na primeira fase, mantida a valoração negativa das consequências do crime e decotadas as demais circunstâncias, reduzo a pena-base ao patamar de 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa.

Na segunda fase, em razão da compensação entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência, mantém-se inalterada a pena intermediária.

Na terceira fase, em razão da causa de aumento de pena referente ao repouso noturno, a pena é aumentada em 1/3 (um terço), alcançando-se a sanção final de 2 (dois) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 12 (doze) dias-multa.

b) Crime de resistência

Na primeira fase, mantenho a pena-base no patamar de 3 (três) meses de detenção, em razão de o Magistrado singular já haver fixado-a no mínimo legal (fl. 358)

Superior Tribunal de Justiça

Na segunda fase, em razão da agravante da reincidência, majora-se a pena em 1/6 (um sexto), ficando a pena intermediária em 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção.

Na terceira fase, não há causas para o aumento ou diminuição da pena, o que resulta na sanção de 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção.

c) Crime de disparo de arma de fogo

Na primeira fase, mantida a valoração negativa das consequências do crime e decotadas as demais circunstâncias, reduzo a pena-base ao patamar de 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa.

Na segunda fase, em razão da agravante da reincidência, majora-se a pena em 1/6 (um sexto), ficando a pena intermediária em 2 (dois) anos, 6 (seis) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 12 (doze) dias-multa.

Na terceira fase, não há causas para o aumento ou diminuição da pena, o que resulta em 2 (dois) anos, 6 (seis) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 12 (doze) dias-multa.

d) Concurso de crimes

Nos termos da sentença, mantém-se o concurso material entre os crimes de furto qualificado, resistência e disparo de arma de fogo, somando-se as penas impostas, o que totaliza 5 (cinco) anos e 5 (cinco) meses de reclusão, 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção e 24 (vinte e quatro) dias-multa.

Por fim, nos termos da sentença, aplica-se o aumento de 1/6 (um sexto), referente ao concurso formal entre esses crimes e o delito de corrupção de menor, alcançando-se as penas finais de **6 (seis) anos, 3 (três) meses e 25 (vinte e cinco) dias de reclusão, 4 (quatro) meses de detenção e 28 (vinte e oito) dias-multa.**

Considerando o patamar da pena imposta e a reincidência do Recorrente Edson, mantém-se o **regime inicial fechado** para a pena de reclusão e o **regime inicial semiaberto** para a pena de detenção, nos termos do art. 33, *caput*, do Código Penal.

Ante o exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial para afastar a valoração negativa da culpabilidade, dos antecedentes, da personalidade e da conduta social dos Recorrentes e redimensionar as penas nos termos desta decisão.

Superior Tribunal de Justiça

Comunique-se ao Juízo de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

